

RDM Brasil SA

União, Estados & Municípios

SERVIÇOS

UM RECORDE DE CRESCIMENTO



ENTREVISTA
EDUARDO AZEREDO



RUMO À COP 30
**PLENÁRIAS DO PLANO
CLIMA PARTICIPATIVO**

Audiências Públicas

QUANDO V PARTICIPA A VIDA DE TODOS MU

al.mt.gov.br



Canal 30.1



89.5 fm



al.mt.gov.br



FaceALMT



[assembleiamt](https://www.instagram.com/assembleiamt)

5

**VOCÊ
A,
UDA.**

Ajude a discutir assuntos, construir leis
e criar políticas públicas justas e eficientes.
Participe com sua opinião e novas ideias.



ALMT
Assembleia Legislativa

Setor de Serviços mostra sua força na economia nacional

Pesquisa do IBGE, divulgada em agosto, mostrou a força do setor de Serviços na economia nacional. Foi o que mais cresceu no semestre e bateu recorde. Em muitas situações considerado o “patinho feio da economia”, vez que Indústria e Comércio são sempre mais valorizados como indutor do crescimento, emblemas do desenvolvimento econômico, o setor de Serviço é, na verdade, um forte indicador de que o crescimento está sendo forte.

Afinal, quando sobra dinheiro para as famílias investirem em serviços de beleza e turismo – só para ficar em dois

exemplos - é sinal de que a renda familiar está forte. Resultado, o crescimento do setor de Serviços demonstra que a economia está saudável e que os outros setores se locomovem.

Este é o tema principal desta edição. Outro tema de fôlego é o Plano Clima participativo, pelo qual o governo federal implementou um ciclo de plenárias presenciais e virtuais para debater os biomas brasileiros com vistas à COP 30, que acontecerá em Belém (PA).

Boa leitura.

João Orozimbo Negrão
DIRETOR DE REDAÇÃO

SUMÁRIO

CAPA

04 | CARTA

05 | OPINIÃO I | Wagner Balera

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Marques

08 | ENTREVISTA | Eduardo Azeredo

14 | ECONOMIA

16 | PESQUISA IBGE

19 | PLANO CLIMA PARTICIPATIVO

24 | NOVA BATERIA

26 | LÍTIOS BRASILEIROS

27 | MARGARETE MENEZES

20 | OPINIÃO II | André Naves



CEO
JOÃO PEDRO MARQUES

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Orozimbo Negrão

EDITORA
Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE
FRED MOTA

REVISÃO TEXTUAL
Doralice Jacomazi

REDAÇÃO
Repórteres: **Carolina da Costa Lima, Humberto Azevedo, Jean Gusmão, Vanessa Alves e Tchelo Figueiredo** (fotografia)

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), **João Negrão** (presidente), **Shelry Pereira, Vanessa Moreno e Fred Mota**

TEXTOS
ANDRÉ NAVES, HUMBERTO AZEVEDO, IVAN CONTERNO, JOÃO PEDRO MARQUES, WAGNER BALERA, JORNAL DA USP, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA, SPUTNIK BRASIL.

FOTOGRAFIA
FÁBIO RODRIGUES-POZZEBOM, IVAN CONTERNO, LÍCIA RUBINSTEIN, VITOR VASCONCELOS, JORNAL DA USP, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA EMBRAPA, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, SECOM-PR.

REDAÇÃO
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

RDM BRASIL S/A
NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM BRASIL S/A
BRASIL É PUBLICAÇÃO

Desenvolvimento integral produto da solidariedade ambiental

Por Wagner Balera

O drama das enchentes no Rio Grande do Sul e que, de algum modo, também se reproduz no Pantanal pode vir a ser uma constante.

É o fenômeno da sociedade de risco que há de ser enfrentada à luz de perspectiva bem definida: a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conjunto de 17 metas globais da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do que é o direito ao desenvolvimento.

Desde 1986, momento em que a ONU proclamou a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a ideia-chave a ser assimilada e compreendida consiste em pôr limites ao mero desenvolvimento econômico.

É um dilema conhecido. Que tipo de desenvolvimento a sociedade pretende? O documento da ONU afirma que o desenvolvimento não pode ser só econômico, deve ser integral, abrangendo a sociedade no seu todo. Só assim o progresso beneficiará toda a comunidade. Não haverá verdadeiro desenvolvimento sem que essa chave de dinamização seja acionada.

A problemática do meio ambiente, desde o oportuno alerta de 1972, já exigiria o incremento do mote da sustentabilidade.

O nosso futuro comum, nome e identidade do histórico documento, impunha a condição indispensável: que o liame entre o econômico e o social ordene a vida e as condições de trabalho, a fim de que a qualidade de vida em ambiente saudável possa ser garantida de modo perene.

Ora, não é outra a noção de desenvolvimento sustentável: é o que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras atendam às suas próprias necessidades.

De que, afinal, está se falando? Simplesmente de que a conta que estamos deixando o futuro não conseguirá pagar.

Há poucos anos, o Papa Francisco lançou, na encíclica Laudato Si,

a trágica constatação: “O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social” (nº 48).

A tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul nos mostra o que poderá acontecer doravante se não prestarmos atenção. É um alerta que a natureza nos faz.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que consubstanciam a Agenda 2030, devem ser levados mais a sério.

Tais objetivos encontram como fundamento distintas manifestações ocorridas em 1972, já referidas, e em 1987. Do mesmo modo, o Brasil sediou a ECO-92, na qual também se insiste que o desenvolvimento socioeconômico deve marchar conjuntamente com a defesa do meio ambiente.

Tudo conflui com o ideário proposto por São Paulo VI: o desenvolvimento, para ser autêntico, deve ser integral e promover a figura humana como um todo, posto que todos os homens são chamados ao pleno desenvolvimento.

Agora vamos destacar o item 7 da ODS, são 17 itens: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.



Os extremos de frio e de calor que são sentidos por toda parte registram a prova cabal do aquecimento global. Como ainda se pode negar isso?



*** Wagner Balera, professor, coordenador do Núcleo de Estudos de Doutrina Social, Faculdade de Direito da PUC-SP. Autor de mais de 30 livros em Direito Previdenciário.**

A degradação constatada no Rio Grande do Sul decorre de causas naturais, mas também de deficiências notórias de governança.

Muitos problemas de governança levaram a essa crise. Então, temos que compreender a responsabilidade humana, a responsabilidade histórica e a responsabilidade social. Três vetores de responsabilidade que explicam, mas não justificam, que a crise ora instalada poderia ter sido evitada mediante cuidados elementares de defesa do meio ambiente.

Eis o objetivo 7: garantir a sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento sustentável é o único apto a garantir que desastres como esse não se tornem uma constante.

Portanto, são necessárias passadas de gigante para que o propósito do objetivo de sustentabilidade ambiental seja atingido até 2030.

Três metas estão associadas ao objetivo 7: A primeira é a água, a qualidade da conservação e recuperação dos mananciais, essencial para um desenvolvimento sustentável e saudável, capaz de garantir à geração presente e à geração futura qualidade de vida e vida saudável. Do mesmo modo, matas e florestas, enfim, esse imenso potencial ambiental que o Brasil possui e que é tão desleixado, tão deixado de lado, não pode mais admitir a ausência de verdadeiras políticas de Estado para que delas se cuide com eficiência.

A solidariedade registrada nesse episódio, que merece todos os louvores, exige prosseguimento com a solidariedade na cobrança de providências claras, objetivas e imediatas de defesa do meio ambiente, do desenvolvimento integral e do nosso futuro comum.

Mais R\$ 1,8 bilhão para reduzir dívidas de agricultores gaúchos atingidos pela tragédia



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto que regulamenta a Medida Provisória nº 1.247, de 31 de julho de 2024. O texto concede descontos nas dívidas de crédito rural dos agricultores do Rio Grande do Sul fortemente afetados pelas enchentes ocorridas entre abril e maio de 2024. A medida representa um alívio financeiro significativo para agricultores familiares, garantindo mais recursos para a retomada da produção no estado. Até 10 de setembro, o agricultor ou a agricultora deve procurar a agência bancária onde pegou o crédito para solicitar a renegociação ou o rebate (desconto) da dívida. Serão mais de R\$ 1,8 bilhão do Governo Federal em descontos para a liquidação ou renegociação de parcelas de operações de crédito rural para aqueles que sofreram perdas iguais ou superiores a 30%. Podem se beneficiar das novas regras os agricultores com parcelas de crédito rural vencendo entre 1º de maio e 31 de dezembro de 2024, dos municípios em situação de emergência ou calamidade pública. ■

Governo também lançou Linha de Crédito Emergencial do Pronaf



O Governo Federal também lançou uma Linha de Crédito Emergencial do Pronaf para o Rio Grande do Sul que oferece R\$ 600 milhões em subvenção econômica para os agricultores familiares e poderá alavancar até R\$ 4 bilhões para ajudar na reconstrução da agricultura familiar no estado. Desde o dia 29 de maio os produtores podem acessar operações de crédito com até 10 anos para pagamento, 3 anos de carência e um desconto de 30% no valor contratado, limitada a R\$ 25 mil em municípios em situação

de calamidade pública e R\$ 20 mil em municípios em situação de emergência. Complementando essa linha de crédito, os agricultores atingidos pela tragédia climática também têm acesso ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), que cobre operações de crédito do Pronaf, bem como aos recursos do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap). A Lei 14.872, sancionada pelo presidente Lula em maio, fortalece ainda mais o apoio aos produtores, oferecendo uma rede de segurança essencial em tempos de desastres naturais. ■

Homologada norma do TRE-MT que classifica 170 locais como de difícil acesso



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por unanimidade, homologou parcialmente a resolução do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) que classifica localidades do estado como de difícil acesso. As ministras e os ministros acompanharam o voto do relator, ministro Raul Araújo, e reconheceram que 170 dos 172 locais apontados pelo Regional no processo se enquadram nos parâ-

metros estabelecidos pela Resolução TSE nº 23.422/2014, que estabelece condições para que localidades e as respectivas zonas eleitorais sejam definidas como de difícil acesso. Com a decisão, fica autorizada a concessão de diárias e passagens a magistradas, magistrados, servidoras e servidores no exercício das atividades relacionadas às eleições e à organização do pleito. De acordo com a Resolução TSE nº 23.323/2010, o auxílio não pode ser efetivado sem que o deslocamento à zona eleitoral responda aos critérios que justificam tais custos. ■



ONU aprova proposta para enfrentamento a crimes cibernéticos

A missão mundial de expandir os mecanismos e os canais de cooperação de combate ao crime cibernético organizado ganhou novo impulso no início do mês. O Comitê de Cibercrime da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em Nova Iorque (EUA), o texto final da Convenção da ONU contra Crimes Cibernéticos. A proposta da nova convenção amplia os instrumentos de combate aos crimes cibernéticos e cria um canal global célere e seguro para a tra-



mitação dos pedidos de assistência mútua. O texto seguirá para apreciação da Assembleia Geral, que ocorrerá até o fim deste ano. O Brasil atuou como vice-presidente do comitê negociador da convenção. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), autoridade central brasileira de cooperação jurídica internacional, participou ativamente das sessões para discussão do novo instrumento por meio de representantes da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus). ■

Novo acordo fortalece formulário de risco para combate à violência doméstica



O Formulário Nacional de Avaliação de Risco a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar passa a ser eletrônico e integrado, unindo o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) e a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ). As mudanças na ferramenta foram anunciadas em solenidade que marcou a extensão do acordo de cooperação técnica firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ao Ministério das Mulheres e ao Ministério da Justiça e

da Segurança Pública. A interoperabilidade entre os sistemas dos quatro órgãos vai permitir que, quer a vítima seja atendida em delegacias, em fóruns ou nas promotorias de justiça ou, ainda, por meio dos canais de atendimento de denúncias do Ministério das Mulheres, as informações sejam integradas com as bases de dados do CNJ e gerem um diagnóstico mais concreto da situação vivenciada por essas vítimas. Essa integração possibilitará a adoção de estratégias de gestão de risco por toda a rede de proteção e a prevenção de novas situações de violência contra mulheres. ■

Dito & Feito

“Crimes como tráfico de pessoas, contrabando de migrantes, pedofilia, estelionato e lavagem de dinheiro utilizam diversas tecnologias e a internet. O cibercrime ultrapassa as fronteiras geográficas dos países e essa convenção vai contribuir para a cooperação e a colaboração entre os países no seu enfrentamento.”

Secretário Nacional de Justiça, Jean Keiji Uema.

“Neste ano, que a Lei Maria da Penha completa 18 anos, estamos empenhados em diminuir o número de violência, proteger as mulheres e promover a conscientização e tomada de medidas adequadas. Em parceria com os Ministérios da Justiça e das Mulheres, estamos trabalhando para facilitar o combate à violência contra a mulher.”

Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso.

TROCA DO REAL E POÇOS DE CALDAS 1º DE JULHO DE 1994



Eduardo Azeredo acompanha o então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, em visita de campanha eleitoral quando troca a moeda antiga que circulava “Cruzeiro Real” pela nova “Real”

“O PSDB está fazendo falta”, afirma ex-governador de Minas Gerais nos anos 90

Para o também ex-senador, a falta da política mineira nos últimos anos pode explicar o clima de polarização que tem levado o país e as famílias a conflitos entre as “extremadas” esquerda e direita

Por Humberto Azevedo

A entrevista da semana do portal RDMNews que reproduzimos abaixo traz a conversa que o ex-governador de Minas Gerais nos anos 90, Eduardo Azeredo (PSDB), concedeu a nossa reportagem há algumas semanas quando fazia uma visita a vários gabinetes de deputados e senadores. Na conversa, que girou em torno das comemorações dos 30 anos do Plano Real, o tucano afirmou que “o PSDB está fazendo falta” no atual cenário político brasileiro polarizado entre esquerdistas e direitistas “extremados”.

“

Ex-deputado federal e ex-prefeito de Belo Horizonte falou, ainda, da importância do Plano Real, a mais duradoura moeda brasileira do último século, que neste mês de julho completou 30 anos de existência.

”



Para o ex-deputado federal e ex-prefeito de Belo Horizonte, cargos que ocupou sempre no PSDB, o atual clima de polarização que se dá em polos que orbitam tanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quanto o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), se compreende pela falta que a política mineira nos últimos anos tem deixado de exercer.

Condenado em 2015 a 20 anos e um mês de prisão pela juíza Melissa Lage, da 9ª Vara Criminal de Belo Horizonte, por peculato e lavagem de dinheiro, Azeredo teve a condenação suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021, que entendeu que o caso deveria ter sido julgado tão somente pela Justiça Eleitoral.

Na época da decisão da Suprema Corte, Azeredo expressou nas suas redes sociais que “só Deus sabe o que” ele e sua família padeceram “com a injustiça cometida”. “O Estado de Direito prevaleceu! O STF anulou meu processo, e o caso vai para o TRE. Fim de uma série de erros e maledicências”, pontuou.

Virada a página da Lava Jato, Eduardo Azeredo lançou seu livro de memórias intitulado de “O X no lugar certo” em que conta sua trajetória política vivida desde os anos 80, quando se elegeu vice-prefeito da capital mineira

Azeredo no momento em que era encaminhado, na data de 23 de maio de 2018, por autoridades policiais para fazer o exame de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal (IML), em Belo Horizonte, para cumprir pena à qual tinha sido condenado em primeira e segunda instâncias. Ele foi solto em 2019 após a Suprema Corte decidir que penas de prisão só podem ser cumpridas após esgotados todos os recursos no devido processo legal

“

Quem nasceu depois de 94, ou até antes, não sabe o tormento que era a inflação (...) O Plano Real foi realmente uma revolução na realidade econômica do Brasil

”

em 1988. Na pequena entrevista, o tucano ressaltou a importância do Plano Real, a moeda brasileira mais duradoura do último século, que neste mês de julho completou 30 anos de existência.

Confira a entrevista:

RDMNews: Neste mês de julho foram comemorados os 30 anos do Plano Real. O senhor na época estava para assumir o governo de Minas Gerais. Como gestor, qual a importância do Plano Real?

Eduardo Azeredo: O Plano Real foi uma conquista, uma revolução, na verdade. E não é você ficar tendo saudosismo, não! É você aprender com o passado. E as lembranças são muito boas. O Plano Real foi realmente uma revolução na realidade econômica do Brasil, que, ao contrário do que muita gente pensa, nós tivemos períodos de inflação alta em outros momentos do Brasil também. Mas, especialmente naquele período pré-Real, os nossos números chegaram a mais de dois mil por cento ao ano. E a solução que se encontrou foi brilhante, fruto do trabalho técnico, e político também, e que nós temos que continuar aprendendo o que aconteceu antes para podermos enfrentar as novas realidades. Nós, do PSDB, nos orgulhamos muito de termos tido esse papel fundamental, que possibilitou ao partido demonstrar que era possível se ter uma posição que não de extremos. Nem da esquerda extremada, nem da direita extremada. Eu vejo que o Brasil ainda tem muito pela frente, mas o PSDB está fazendo falta.

RDMNews: E qual a importância do Plano Real para as novas gerações que não viveram naquela época de inflação superior de 2000% ao ano?

Eduardo Azeredo: Eu acredito que o papel da imprensa e dos organismos parlamentares é fundamental. Porque as pessoas, realmente, não se lembram. Quem nasceu depois de 94, ou até antes, não sabe o tormento que era a inflação. Eu fui prefeito no período ainda inflacionário, prefeito de Belo Horizonte (MG), e governador no pós-Real, no primeiro momento do Real. Então, eu me lembro bem da dificuldade que era governar antes do Plano Real. As dificuldades que nós tínhamos e que passávamos metade do tempo só com reajustes, decisões de

reajustes dos funcionários, reajustes de trânsito, de transporte público, e do orçamento como um todo que já começava a ter que ser suplementado. E a realidade pós-Real. É verdade que para os governantes foi até mais difícil, não com esse aspecto a que me referi – o aspecto da dificuldade do tempo, mas a dificuldade fi-

“

Eu me lembro bem da dificuldade que era governar antes do Plano Real. As dificuldades que nós tínhamos e que passávamos metade do tempo só com reajustes

”

nanceira. Porque o poder público ganhava muito com a inflação. O poder público era um dos beneficiários da alta inflação. E é fácil entender, à medida em que os impostos eram reajustados diariamente porque as pessoas iam pagando com preços mais altos – enquanto os gastos eram mais sob controle. Minas Gerais chegou a ter em um dos anos anteriores ao Plano Real quatro folhas de pagamento só de benefícios financeiros, de aplicação financeira. Então esse foi também um grande desafio que os governadores do pós-Real enfrentaram. Adaptar o orçamento à ausência da receita inflacionária.

RDMNews: Na época, as histórias de quem era o “pai” do Plano Real foi uma disputa densa tanto por parte do ex-presidente Itamar Franco quanto do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que chegaram a ser desafetos. Até o Itamar, querendo retornar ao Palácio do Planalto em 1998, perdeu a indicação do PMDB, que ficou neutro naquela eleição, e acabou enfrentando



Fernando Henrique Cardoso, também candidato, percorreu diversas ruas do centro da cidade de Poços de Caldas, realizando a troca da moeda antiga, o cruzeiro real, pelo Real, na agência do Banco do Brasil. O então prefeito da cidade, Luiz Antônio Batista, recepcionou as autoridades, ao lado do ex-deputado federal Carlos Mosconi, já falecido. O evento aconteceu no saguão das Termas Antonio Carlos, com discursos do prefeito, e dos candidatos ao governo e à presidência do Brasil.



No dia 1º de julho de 1994, quando entrou em circulação a nova moeda do país, o Real, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, estava em Poços de Caldas, no sul de Minas. O ministro, candidato à presidência do Brasil, foi responsável pela implantação do Plano Real, que pôs fim à hiperinflação que assolava o país e trouxe estabilidade econômica ao Brasil. Na foto, o então ministro era acompanhado por Eduardo Azeredo em compromissos eleitorais.

o senhor e tirando a sua reeleição ao governo de Minas. Depois, o tempo passou, os episódios de atritos foram superados. Mas quem é “pai” do Plano Real? Itamar ou FHC?

Eduardo Azeredo: Ah! São os dois, não há dúvida. Porque o Fernando Henrique foi realmente o condutor, o que montou a equipe e que conduziu, viabilizou realmente. Mas o Itamar era o presidente da República. O Itamar tinha alguns românticos nacionalistas, ele não concordava em não existir congelamento de preço, mas ele realmente teve a coragem de escolher o Fernando Henrique, que não era da área, e teve o apoio todo. E a minha convivência com o Itamar, ela teve só aquele momento de disputa em 98. Mas eu reconheço nele um homem público que como presidente da República teve um papel muito importante. E como senador também. Tanto que o cumprimentei várias vezes e estive com ele como senador. Mas é muito importante lembrar, sim, que, em 1º de julho de 1994, Fernan-



Em visita ao então ministro da Agricultura, o ex-deputado federal Marcos Montes, no final da gestão Bolsonaro, entregando um exemplar do seu livro de memórias “O X no lugar certo”.



Com o livro de memórias em mãos, Azeredo se encaminha para uma livraria de Belo Horizonte, em janeiro de 2022, onde realizou uma sessão de autógrafos da sua obra.

do Henrique candidato a presidente da República, eu era candidato a governador de Minas, nós fomos juntos ao Banco do Brasil de Poços de Caldas para fazer a troca da moeda. Então, nós entregamos para eles no caixa lá as notas das moedas antigas e recebemos as notas do real. E tem até um fato interessante porque começou a se pedir as assinaturas, autógrafos do Fernando Henrique, nas notas, e ele começou a assinar algumas. Até que alguém o alertou: ‘Presidente, não pode assinar na nota. A nota é um documento que não pode ter uma assinatura, rasuras’, e eu mesmo tenho comigo uma nota de 1 real

“

Nós do PSDB nos orgulhamos muito de termos tido esse papel fundamental, que possibilitou ao partido demonstrar que era possível se ter uma posição que não de extremos

”

“

A nota é um documento que não pode ter uma assinatura, rasuras, e eu mesmo tenho comigo uma nota de 1 Real assinada pelo Fernando Henrique no dia 1º de julho de 1994. (...) Foi uma data histórica, sim, e nós temos que lembrar para as novas gerações entenderem o que foi o período de hiperinflação

”

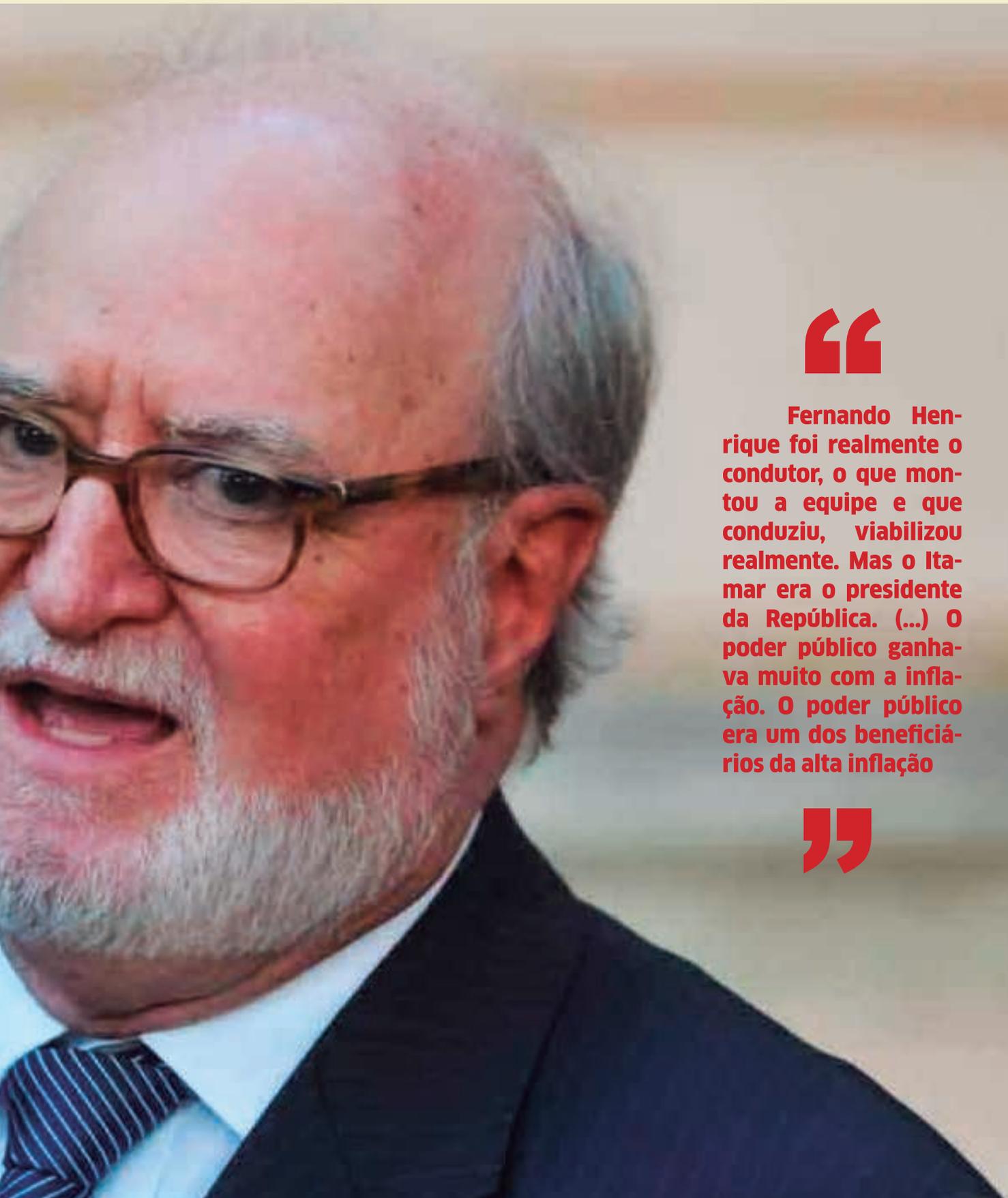
assinada pelo Fernando Henrique no dia 1º de julho de 1994. Foi uma data histórica, sim, e nós temos que lembrar para as novas gerações entenderem o que foi o período de hiperinflação no Brasil.

RDMNews: Agora uma última pergunta. Políticos como Itamar Franco fazem falta?

Eduardo Azeredo: Olha, fazem sim. Porque é sempre uma alternativa, uma alternativa mineira, e os políticos mineiros têm a paciência. E, realmente, nós estamos vendo aí no governo Lula, nós só temos um ministro mineiro, Alexandre da Silveira, em 38 ministros. E também no governo do Bolsonaro a situação se repetiu. Era apenas um mineiro não em 38, mas em 25, 26. Agora a culpa é um pouco dos próprios mineiros, que realmente deixaram se levar, ou não se prepararam para ter uma realidade de como nós temos hoje no Brasil. Eu me orgulho muito de ser um mineirão mesmo. Acho que é muito importante, você ser considerado conciliador e arrojado como Juscelino Kubitschek foi. ■



Eduardo Azeredo atualmente



“

Fernando Henrique foi realmente o condutor, o que montou a equipe e que conduziu, viabilizou realmente. Mas o Itamar era o presidente da República. (...) O poder público ganhava muito com a inflação. O poder público era um dos beneficiários da alta inflação

”

Setor de serviços cresce 1,7% em junho e alcança ponto mais alto da série histórica

Setor encontra-se 14,3% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia). Na comparação com junho do ano passado, crescimento foi de 1,3%



Empreendedora e trancista, Gilmara está satisfeita com o fluxo de clientes em seu salão no centro de Brasília: 'Muita procura, bastante mesmo'.

respaldo na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada no dia 13 de agosto, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PMS indicou que, em junho de 2024, o volume de serviços prestados no Brasil teve expansão de 1,7% frente a maio, na série com ajuste sazonal. O setor encontra-se 14,3% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia). É o ponto mais alto da série histórica medida pelo IBGE.

O crescimento no setor de serviços (1,7%) na passagem de maio para junho de 2024 foi acompanhado por todas as cinco atividades investigadas, com destaque para transportes (1,8%) e informação e comunicação (2,0%). As demais expansões vieram de profissionais, administrativos e complementares (1,3%), de outros serviços (1,6%) e de serviços prestados às famílias (0,3%).

“Geralmente, quando tenho tempo, gosto de passar num barzinho, tomar uma cervejinha para relaxar e de levar o filho ao parque de diversões e clubes aquáticos”, diz a trancista Gilmara. Já uma de suas clientes, a corretora de imóveis Marilza Gomes de Abreu, de 45 anos, tem aproveitado os últimos meses para retomar hábitos, hobbies e cuidados pessoais. “Tenho optado por serviços de beleza, estética, cabelo, maquiagem e pele. Viagens tenho feito mais para a praia, litoral, para lazer mesmo”, conta.

A evolução do índice de média móvel trimestral para o total do volume de serviços mostrou variação positiva de 0,5% no trimestre encerrado em junho

Da Secom-PR

Gilmara dos Santos, de 36 anos, é empreendedora e trancista, dona de um salão de beleza especializado em cortes para pessoas negras. No último bimestre, seu estabelecimento comercial, na área central de Brasília (DF), não conseguiu atender muitos dos clientes que procuraram pelos serviços. “Teve muita procura, bastante mesmo, tanto que a gente não teve capacidade para atender a todos. Como o trabalho é específico em tranças, cabelos afros, coisa mais demorada, chegava cliente e a gente não tinha vaga”, relata a empresária.

O relato de Gilmara encontra



É perceptível que, com o aumento do emprego e o crescimento da renda, as pessoas estão procurando mais bares, restaurantes, levando os filhos para lazer no parque, cinema e shoppings”. Josibel Rocha, bancário



Marilza: 'Tenho optado por serviços de beleza, estética, cabelo, maquiagem e pele.'



Levantamento do IBGE indicou que o setor de Serviços segue aquecido.



“O que interessa é a gente ter uma sociedade de pessoas com poder de compra, pessoas que trabalham, que consomem, porque a coisa só dá certo quando o dinheiro circula”.
Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

de 2024 frente ao nível registrado nos três meses anteriores. Entre os setores, houve predomínio de taxas positivas, já que três dos cinco setores investigados também mostraram expansão: outros serviços (1,4%); transportes (0,7%); e informação e comunicação (0,5%).

“O que interessa é a gente ter uma sociedade de pessoas com poder de compra, pessoas que trabalham, que consomem, porque a coisa só dá certo quando o dinheiro circula”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante evento em Cuiabá no último dia 31 de julho, para entrega de obras de modernização dos aeroportos.

O bancário Josibel Rocha, 57, enxergou na pesquisa do IBGE um reflexo do que tem observado ao caminhar pela cidade. “É perceptível que, com o aumento do emprego no Brasil, o crescimento da renda, as pessoas estão procurando mais

os bares, restaurantes, estão levando os filhos para lazer no parque, cinema e shoppings. Observo que até na rua, os locais de bar, restaurante, tem muita gente. Melhorou muito”, define o bancário.

TURISMO CRESCE > Em junho, as atividades turísticas cresceram 3,4%. O índice de atividades turísticas apontou expansão de 3,4% frente ao mês imediatamente anterior. Com isso, o segmento se encontra 7,7% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 0,1% abaixo do ponto mais alto já registrado na série histórica (fevereiro de 2014).

Regionalmente, todos os 12 locais pesquisados acompanharam este movimento de expansão verificado na atividade turística nacional. As contribuições positivas mais relevantes ficaram com São Paulo (4,0%) e Rio de Janeiro (8,2%), seguidos por Bahia (5,5%), Rio

Grande do Sul (8,5%) e Minas Gerais (1,6%).

Moradora do município mineiro de Contagem, a técnica de enfermagem Enoilce Souza Silva, de 67 anos, aproveita o período positivo para expandir a lista de cidades brasileiras que visitou. “Gosto de viajar muito. Viemos agora para Brasília (DF), Caldas Novas (GO), Porto Seguro (BA). A minha vida é esta: trabalhar e viajar”, explica.

Na comparação de junho de 2024 contra junho de 2023, o índice de volume de atividades turísticas apresentou expansão de 3,9%. Em termos regionais, nove das 12 UF's onde o indicador é investigado mostraram avanço nos serviços voltados ao turismo, com destaque para Rio de Janeiro (11,5%) e São Paulo (3,6%), seguidos por Minas Gerais (9,1%) e Bahia (19,2%).

ESTADOS > Regionalmente, 21 Unidades da Federação (UF's) registraram crescimento no volume de serviços em junho. A maior parte, 21 das 27, registrou expansão no volume de serviços em junho de 2024, na comparação com maio de 2024. Entre os locais que apontaram taxas positivas nesse mês, o impacto mais importante veio de São Paulo (2,6%), seguido por Paraná (3,0%), Rio de Janeiro (1,4%), Minas Gerais (1,9%) e Santa Catarina (2,4%). Em contrapartida, o Rio Grande do Sul (-14,5%) exerceu a principal influência negativa do mês, em função do impacto causado pelas enchentes que assolaram o estado no mês de maio. ■

Serviços: confira mais detalhes sobre a pesquisa do IBGE

Crescimento foi disseminado entre as cinco atividades pesquisadas, já que todas apresentaram expansão

Por Caio Belandi

O volume de serviços prestados no país, após ter apontado variação negativa de 0,4% em maio, voltou a crescer. No mês de junho, o setor apresentou expansão de 1,7%, o maior crescimento desde dezembro de 2022, quando avançou 2,7%. Com isso, o volume de serviços chegou ao patamar recorde da série, 0,5% acima do antigo ápice, alcançado em dezembro de 2022. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada pelo IBGE.

Em junho, o setor estava 14,3% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Na comparação com junho de 2023, o crescimento foi de 1,3%. Já no acumulado do primeiro semestre de 2024, o volume de serviços teve alta de 1,6% frente ao mesmo período de 2023. Nos últimos 12 meses, o setor mostrou perda de dinamismo, passando de 1,2% em maio para 1,0% em junho.

“O crescimento foi disseminado entre as cinco atividades pesquisadas, já que todas apresentaram expansão”, aponta Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa. O principal destaque foi para o crescimento no setor de transportes, que mostrou expansão de 1,8%, recuperando a perda de 1,5% de maio. “Esse resultado vem muito em função do transporte aéreo, impulsionado pela queda dos preços das passagens aéreas. Mas também contribuíram o transporte dutoviário e a

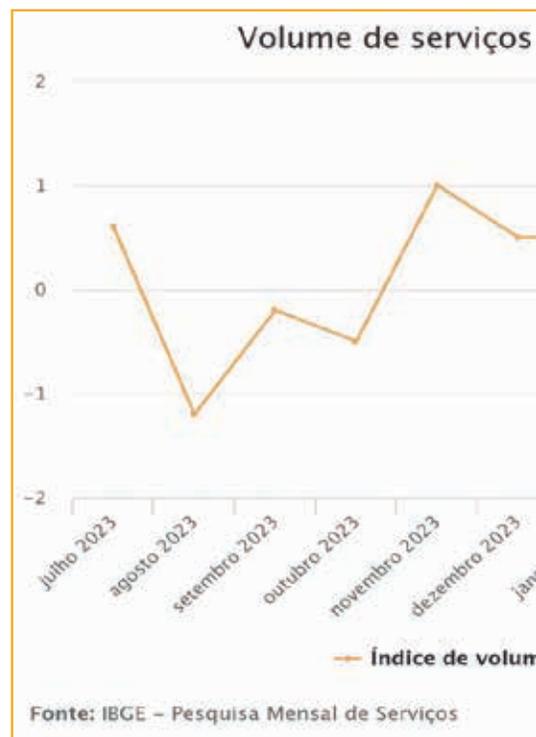
Esse resultado vem muito em função do transporte aéreo, impulsionado pela queda dos preços das passagens aéreas. Mas também contribuíram o transporte dutoviário e a navegação de apoio marítimo, atividades relacionadas com as indústrias extrativas, como a de gás e a de óleos brutos de petróleo

navegação de apoio marítimo, atividades relacionadas com as indústrias extrativas, como a de gás e a de óleos brutos de petróleo”, detalha o pesquisador.

Outro destaque positivo foi o setor de informação e comunicação, que cresceu 2,0% após recuo de 1,1% no mês anterior, influenciado pelo bom desempenho dos serviços de tecnologia da informação, dos serviços de streaming e de telecomunicações. “O setor de informação e comunicação também atinge o



Queda no preço das passagens aéreas contribuiu para alta no volume de transporte de passageiros em junho



ápice da sua série histórica em junho de 2024. O comportamento dos serviços de tecnologia desde o pós-pandemia tem se mostrado fundamental para o volume de serviços do país, principalmente pelo aumento considerável nos serviços voltados às empresas, notadamente os serviços de tecnologia da informação”, reforça Lobo.

As demais altas foram das atividades de serviços profissionais, administrativos e complementares, com crescimento de 1,3%, recuperando parte



O comportamento dos serviços de tecnologia desde o pós-pandemia tem se mostrado fundamental para o volume de serviços do país, principalmente pelo aumento considerável nos serviços voltados às empresas, notadamente os serviços de tecnologia da informação



(4,6%); e dos outros serviços (3,8%). A única taxa negativa entre as atividades no acumulado do primeiro semestre de 2024 foi de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,5%).

Regionalmente, 21 UFs têm crescimento em junho; Rio Grande do Sul lidera quedas

Na análise regional da PMS, na passagem de maio para junho de 2024, 21 das 27 unidades da Federação (UFs) tiveram crescimento no volume de serviços. O impacto positivo mais importante foi de São Paulo (2,6%), seguido por Paraná (3,0%), Rio de Janeiro (1,4%), Minas Gerais (1,9%) e Santa Catarina (2,4%).

Na outra ponta, o Rio Grande do Sul (-14,5%) teve a principal influência negativa do mês. O setor de serviços gaúcho foi impactado pelas enchentes que assolaram o estado em maio. “Cabe destacar que os pedágios das rodovias tiveram alta expressiva em junho (358,36%), uma vez que, em maio, as concessionárias haviam interrompido as cobranças de tarifas visando facilitar o deslocamento de veículos que transportavam donativos ou que estivessem envolvidos em operações de resgate de vítimas das enchentes no estado. Com isso, o impacto das enchentes no estado, em termos de volume de serviços, acabou aparecendo somente neste mês”, descreve Lobo.

No acumulado do primeiro se-

(mês/mês anterior)



de serviços | Brasil



O setor de informação e comunicação também atinge o ápice da sua série histórica em junho de 2024

variação positiva de serviços prestados às famílias, de 0,3%, “foi motivada pelos espetáculos teatrais e musicais, com influência da turnê no Rio de Janeiro do Cirque du Soleil”, justifica o gerente da PMS.

Primeiro semestre de 2024 fecha com crescimento de 1,6%

A PMS também divulgou o acumulado do primeiro semestre de 2024, ou seja, de janeiro a junho, na comparação com o mesmo período de 2023. Neste indicador, o setor de serviços teve alta de 1,6%, com quatro das cinco atividades com taxas positivas, além de crescimento em 55,4% dos 166 tipos de serviços investigados na pesquisa.

A contribuição positiva mais importante entre os setores foi do ramo de informação e comunicação (5,6%). Os demais avanços vieram dos profissionais, administrativos e complementares (2,1%); dos prestados às famílias

da perda de 3,2% observada no período abril-maio. No setor, destacam-se a organização de eventos (exceto esportivos e culturais), administração de cartão de desconto e programas de fidelidade e serviço de engenharia.

A alta de 1,6% em outros serviços recupera a queda de 1,5% registrada em maio, com destaque para serviços financeiros auxiliares, recuperação e manutenção de computadores e corretoras de títulos e valores mobiliários. Por fim, a

mestre de 2024 frente a igual período de 2023, também 21 das 27 UFs tiveram alta na receita real de serviços, com o principal impacto positivo vindo de São Paulo (1,1%), seguido por Rio de Janeiro (3,8%), Minas Gerais (4,3%), Paraná (4,0%) e Santa Catarina (5,2%). Por outro lado, Rio Grande do Sul (-4,9%) e Mato Grosso (-6,4%) registraram as influências negativas mais relevantes.

Turismo cresce 3,4% e todos os locais têm alta, incluindo o Rio Grande do Sul

O índice de atividades turísticas teve crescimento de 3,4% em junho frente a maio, após ter recuado 0,9% na passagem de abril para maio. O segmento de turismo se encontrava 7,7% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e apenas 0,1% abaixo do ponto mais alto da série (fevereiro de 2014).

Na análise regional, todos os 12 locais pesquisados tiveram alta, com destaque para São Paulo (4,0%) e Rio de Janeiro (8,2%), seguidos por Bahia (5,5%), Rio Grande do Sul (8,5%) e Minas Gerais (1,6%). “O estado gaúcho teve uma queda relevante no indicador em maio (-32,5%). Com a base depreciada, a alta de junho recupera apenas parcialmente as perdas do mês anterior”, explica o gerente da PMS.

No acumulado do primeiro semestre de 2024, o turismo teve expansão de 1,3% frente ao primeiro semestre de 2023, com sete dos 12 locais registrando taxas positivas, com destaque para Minas Gerais (9,0%) e Rio de Janeiro (5,0%), seguidos por Bahia (9,1%), Paraná (5,0%) e Santa Catarina (6,1%). Neste indicador o Rio Grande do Sul teve a principal influência negativa (-16,0%), seguido por Distrito Federal (-5,4%), Espírito Santo (-8,8%) e Goiás (-4,9%).

Indicador de turismo será ampliado de 12 para 17 locais

A partir do mês de setembro, na Pesquisa Mensal de Serviços que divulgará o resultado de julho de 2024, o índice de atividades turísticas será ampliado dos atuais 12 para 17 locais pesquisados. Os estados do Amazonas (AM), Pará (PA), Rio Grande do Norte (RN),



Cabe destacar que os pedágios das rodovias tiveram alta expressiva em junho (358,36%), uma vez que, em maio, as concessionárias haviam interrompido as cobranças de tarifas visando facilitar o deslocamento de veículos que transportavam donativos ou que estivessem envolvidos em operações de resgate de vítimas das enchentes

Alagoas (AL) e Mato Grosso (MT), se somarão às atuais Unidades da Federação já investigadas: Ceará (CE), Bahia (BA), Pernambuco (PE), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS), Goiás (GO) e Distrito Federal (DF).

Transporte de passageiros cresce e o de cargas varia positivamente em junho

O volume de transporte de passageiros no Brasil teve crescimento de 6,2% na passagem de maio para junho, após ter recuado 6,7% em maio. O setor

se encontrava 1,9% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e 21,2% abaixo de fevereiro de 2014 (ponto mais alto da série histórica). No acumulado do primeiro semestre de 2024, a atividade caiu 2,6% frente a igual período de 2023.

Por sua vez, o volume do transporte de cargas assinalou variação positiva de 0,4%, em junho, frente ao mês anterior, após queda de 0,5% em maio. Com isso, a atividade opera 6,8% abaixo do ponto mais alto de sua série (julho de 2023) e 33,7% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020). No primeiro semestre de 2024, o transporte de cargas acumula recuo de 1,3%.

Mais sobre a pesquisa

A PMS produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no país, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação. Há resultados para o Brasil e todas as Unidades da Federação, que podem ser consultados no Sidra.

Esta é a décima oitava divulgação da nova série da pesquisa, que passou por atualizações na seleção da amostra de empresas, além de alterações metodológicas, com o objetivo de retratar mudanças econômicas na sociedade. São atualizações já previstas e implementadas periodicamente pelo IBGE. A próxima divulgação da Pesquisa Mensal de Serviços, relativa ao mês de julho, será em 11 de setembro. ■

Governo percorre o Brasil para discutir emergência climática com a população

Plano Clima Participativo: prevê oito encontros presenciais em cidades e biomas diferentes, que incentivam a participação e informam à população sobre como se engajar no processo

Da Secom-PR

Oito cidades brasileiras estão sediando as plenárias do Plano Clima Participativo, encontros presenciais com o intuito de engajar a sociedade civil no envio de propostas, tirar dúvidas sobre o processo e informar sobre as etapas da elaboração da estratégia que vai guiar a política climática do país até 2035. É também um espaço para apresentar e defender contribuições, além de incentivar reuniões para debater e elaborar novas propostas.

A elaboração do Plano Clima é conduzida pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), integrado por representantes de 22 ministérios, pela Rede Clima e pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, e tem dois pilares principais: a redução das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação de cidades e ambientes naturais às mudanças do clima.

O lançamento das plenárias ocorreu em Brasília, no dia 30 de julho, no Palácio Itamaraty. Os sete encontros estão ocorrendo em cidades diferentes, cada um representando um bioma específico: em Recife (PE), Costeiro-Marinheiro; em Teresina (PI), Caatinga; em Macapá (AP), Amazônia; em Imperatriz (MA), Cerrado; em Campo Grande (MS), Pantanal; em São Paulo (SP), Mata Atlântica; e em Porto Alegre (RS), Pampa.

A ampla participação da sociedade, em espaços presenciais e digitais, consultas diretas à população e debates com especialistas em meio ambiente, organizações da sociedade civil, conselhos de políticas públicas, movimentos sociais



A elaboração do Plano Clima é conduzida pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), integrado por representantes de 22 ministérios, pela Rede Clima e pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

e sindicais, estão sendo liderados pelos ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência da República), que estarão presentes em todos os encontros. No lan-



Nós temos esse desafio de preparar um Plano Clima Participativo, com a dimensão que isso tem hoje no mundo e no país, construir a várias mãos. As mãos do governo e as mãos do povo

çamento em Brasília também estiveram presentes os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Fernando Haddad (Fazenda) e André de Paula (Pesca e Aquicultura).

Das plenárias sairão propostas que poderão ser incluídas na primeira versão do documento, que será apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na COP 29, no Azerbaijão, em novembro.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL > Cerca de 6,3 mil participantes já interagiram com o processo no site do Brasil Participativo. Ao todo, foram 439 propostas, com 698 comentários e 11.232 votos.



Todo o processo de formulação de instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, com participação direta da população, será apresentado na 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30)

O modelo usado para o Plano Clima é o mesmo do PPA Participativo (Plano Plurianual 2024-2027) realizado no ano passado. Com metodologia de participação presencial e digital, o processo resultou na maior participação social da história do Governo Federal.

PLANO CLIMA > A última fase de elaboração do Plano Clima será em 2025, com a formulação de planos setoriais

e a realização da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente e Mudança do Clima em maio. A partir do texto, o Governo Federal deve propor outras mudanças na legislação ambiental do país.

Todo o processo de formulação de instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, com participação direta da população, será apresentado na 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que acontece no Brasil, em Belém (PA), em novembro de 2025.

“Nós temos esse desafio de preparar um Plano Clima Participativo, com a dimensão que isso tem hoje no mundo e no país, construir a várias mãos. As



O participativo é aquele em que você tem capacidade de influenciar, ajudar na formulação e na implementação. Caberá ao Governo também ajudar a dar o correto reconhecimento

mãos do governo e as mãos do povo”, disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo. O Plano Clima Participativo, construído pela Secretaria-Geral da Presidência e pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), é um instrumento de participação social para o Plano Clima.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, enfatizou o peso da participação ativa da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas. “O participativo é aquele em que você tem capacidade de influenciar, ajudar na formulação e na implementação. Caberá ao Governo também ajudar a dar o correto reconhecimento”, afirmou a ministra.

Marina Silva também ressaltou a importância do Plano Clima como ferramenta fundamental para as ações de mitigação das mudanças climáticas em diversos setores do Brasil. Marina destacou que o país inovou ao estabelecer metas setoriais para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa e que, agora, todos

os países em desenvolvimento também possuem essas metas obrigatórias.

“Nós queremos chegar à COP 29 com NDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada) que sejam suficientemente comprometidas e ambiciosas para liderar pelo exemplo. Liderar pelo exemplo significa não só ter no papel NDCs ambiciosas, mas ter demonstração de que na prática a gente está perseguindo o atingimento dessa meta”, pontuou a ministra.

O titular da Secretaria-Geral destacou que o lançamento é um marco importante, pois reúne duas políticas públicas essenciais para o país: a política ambiental e a política de participação social. “Aqui eu vejo um marco muito importante dos tempos atuais do nosso país. Aqui se encontram duas políticas públicas muito, muito importantes para qualquer país que quer ser desenvolvido, justo e solidário com o seu povo. O encontro da política nacional de meio ambiente com a política nacional de participação social”, disse o ministro Márcio.

O ministro Márcio Macêdo destacou, ainda, o sucesso da participação social para elaboração do PPA Participativo, mesmo modelo utilizado para a construção do Plano Clima Participativo. “Aqui nós estamos começando um capítulo importante de materialização dessas duas prioridades de políticas públicas. Nós vamos utilizar uma experiência muito bem-sucedida, que foi o PPA Participativo, que foi feito pela primeira vez numa escala continental como é o nosso país, e serve de referência hoje para o mundo”, ressaltou.

Já a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, enfatizou a necessidade de incluir as mulheres de maneira integral e estratégica nas discussões sobre desenvolvimento econômico e mudanças climáticas. “Nós queremos de fato pensar as mulheres na economia, no desenvolvimento do país. Não se pode pensar um país com desenvolvimento sustentável sem as mulheres e não se pode pensar uma democracia também sem as mulheres”, conclui.

PLANO CLIM > O Plano Clima guiará a política climática brasileira até 2035 e tem dois pilares principais: a redução das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação de cidades e ambientes na-

turais às mudanças do clima. Os desafios do Plano Clima também são consideráveis no que diz respeito aos efeitos já notáveis da mudança do clima sobre a saúde, segurança alimentar e energética e infraestruturas de estradas e portos.

No contexto global, o Plano Clima será usado como base para definir a nova meta de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) do Brasil, conforme os compromissos assumidos no Acordo de Paris. Atualmente, o Brasil se comprometeu a reduzir suas emissões em 48% até 2025 e em 53% até 2030, comparado aos níveis de referência, o que equivale a uma redução de 1,32 gigatonelada e 1,2 gigatonelada de gás carbônico equivalente, respectivamente.

A nova meta mais ambiciosa está sendo desenvolvida para 2035 e será apresentada antes da 30ª Conferência do Clima da ONU (COP-30), em 2025, que acontecerá em Belém (PA). O objetivo dessa nova meta é atingir emissões líquidas zero até 2050.

PARTICIPAÇÃO > O processo para a elaboração do Plano Clima Participativo combina espaços presenciais de discussão e participação digital pela Plataforma Brasil Participativo. Por meio da plataforma, cidadãs e cidadãos, orga-

nizações da sociedade civil, conselhos de políticas públicas e especialistas na temática podem participar enviando suas propostas, votando e comentando nas propostas já enviadas.

Bioma Costeiro-Marinho

A segunda plenária do Plano Clima Participativo ocorreu no dia 1º de agosto, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE) para discutir o Sistema Costeiro-Marinho, que abrange toda a costa brasileira, desde a foz do rio Oiapoque (AP) até a foz do rio Chuí (RS), passando por 17 estados. Suas ocorrências mais expressivas estão no Rio Grande do Sul, Pará e Maranhão. É um bioma predominantemente composto por sua parte marítima, sendo a porção continental equivalente a apenas 6,27% da sua área total.

O Sistema Costeiro-Marinho desempenha vasta gama de funções e serviços ecossistêmicos, prevenindo a erosão costeira e a intrusão salina e protegendo a costa de tempestades. O Brasil possui a maior faixa contínua de manguezais do mundo (do Amapá ao Maranhão) e os únicos ecossistemas recifais do Atlântico Sul, o que confere ao país uma grande responsabili-

de na conservação desses ambientes. Considerando que o oceano é o regulador fundamental do clima, da vida e da bioquímica do planeta, ações de conservação e de restauração da saúde desse sistema são fundamentais.



Nós queremos chegar à COP 29 com NDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada) que sejam suficientemente comprometidas e ambiciosas para liderar pelo exemplo. Liderar pelo exemplo significa não só ter no papel NDCs ambiciosas, mas ter demonstração de que na prática a gente está perseguindo o atingimento dessa meta



PROMANGUEZAL > Lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 5 de junho de 2024, Dia Mundial do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e o Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil (ProManguezal, Decreto nº 12.045/2024) define diretrizes, eixos de implementação e linhas de ação para conservação, recuperação e uso sustentável dos manguezais. O decreto ressalta a necessidade de considerar os manguezais em sua integralidade, incluindo lavados, bosques de mangue e apicuns. Diretrizes incluem o reconhecimento dos serviços ecossistêmicos dos manguezais, articulação interfederativa e entre órgãos públicos e valorização dos saberes tradicionais, entre outras.

Bioma Caatinga

A terceira plenária aconteceu no dia 2 de agosto, no Centro de Convenções de Teresina (PI) para debater o tema bioma Caatinga, único exclusivamente brasileiro. Quarto maior bioma do país, a Caatinga ocupa uma área de 862.818 km², o equivalente a 10,1% do território nacional. Engloba os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que 42,6% da área total da Caatinga já foram desmatados. Segundo o IBGE, vivem na Caatinga aproximadamente 28 milhões de pessoas, e cerca de 30% vivem no campo.

Fatores como o desmatamento e a mudança do clima ameaçam a fauna e a flora da Caatinga. De acordo com o Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (Salve), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), das 2.251 espécies de fauna avaliadas no bioma, 192 estão em categorias de ameaça – 37 foram classificadas como “criticamente em perigo”; 78, como “em perigo”; e 77, como “vulneráveis”.

Bioma Pantanal

A cidade de Campo Grande (MS) recebeu na noite do dia 14 de agosto a quarta das oito plenárias presenciais do Plano Clima Participativo,



que percorre o Brasil para discutir a emergência climática com a população. O tema foi o bioma Pantanal.

A vegetação predominante no bioma, de acordo com o IBGE, é a savana, que ocupa cerca de 62% da área total. Pelas suas características, o Pantanal foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Mundial Natural e Reserva da Biosfera, por ser uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do mundo. Levantamento do

Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima) indica que há cerca de 1,8 mil espécies de flora e funga (fungos) catalogadas no Pantanal.

Localizado na bacia hidrográfica do rio Paraguai, o Pantanal abrange parte dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O rio Paraguai e seus afluentes percorrem o bioma, criando extensas áreas alagadas que servem de abrigo para diversas espécies de fauna. As inundações se dão também por influência das chuvas, que ocorrem normalmente de outubro a março. Nos demais meses, a água é drenada por toda a planície.

Bioma Mata Atlântica

A quinta das plenárias do Plano Clima Participativo ocorreu no dia 15 de agosto, no Sesc Vila Mariana, em São Paulo (SP), para debater a Mata Atlântica, bioma com a maior extensão de costa no país, que ocupa área de 1.107.419 km², o equivalente a 13% do território nacional. Engloba 17 estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Sergipe, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Cerca de 70% da população brasileira vive hoje em áreas de Mata Atlântica.

Dados do Instituto Nacional



“Aqui eu vejo um marco muito importante dos tempos atuais do nosso país. Aqui se encontram duas políticas públicas muito, muito importantes para qualquer país que quer ser desenvolvido, justo e solidário com o seu povo. O encontro da política nacional de meio ambiente com a política nacional de participação social”



de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que 71,6% da vegetação nativa da Mata Atlântica já foram desmatados – é o bioma mais devastado do país.

A Mata Atlântica compreende uma rede de bacias hidrográficas formadas por grandes rios, como Tietê, São Francisco, Paraná, Doce, Paranapanema e Paraíba do Sul. Essas bacias são fundamentais para o abastecimento humano e para o desenvolvimento de uma série de atividades econômicas, como a indústria e a agropecuária.

É o único bioma a dispor de uma lei específica para sua proteção, a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428, de 2006). Detém a segunda maior biodiversidade das Américas, ficando atrás apenas da Amazônia.

Levantamento do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima) indica que há cerca de 21,2 mil espécies de flora e funga (fungos) catalogadas na Mata Atlântica, das quais 10,5 mil existem apenas no Brasil.

De acordo com o Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (Salve), do Instituto Chico



Aqui nós estamos começando um capítulo importante de materialização dessas duas prioridades de políticas públicas. Nós vamos utilizar uma experiência muito bem-sucedida, que foi o PPA Participativo, que foi feito pela primeira vez numa escala continental como é o nosso país, e serve de referência hoje para o mundo

Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), das 6.742 espécies de fauna avaliadas no bioma, 598 estão em categorias de ameaça – 181 foram classificadas como “criticamente em perigo”; 213, como “em perigo”; e 204,

como “vulneráveis”. Seis espécies foram declaradas como extintas – entre elas, a coruja caburé-de-pernambuco – uma, como extinta na natureza; e duas, como regionalmente extintas.

AÇÕES FEDERAIS > O desmatamento na Mata Atlântica teve redução de 25,9% de agosto de 2022 a julho de 2023 em relação ao período anterior. O Governo Federal trabalha no desenvolvimento do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD) da Mata Atlântica, que será lançado neste ano. Os planos para a Amazônia e o Cerrado foram lançados em junho e novembro do ano passado, respectivamente, e estão em implementação.

No ano passado, o Governo Federal também lançou o primeiro edital de concessão para recuperação florestal e plantio de espécies nativas da Mata Atlântica, uma parceria do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A medida tem como objetivo principal a recuperação do bioma nas Florestas Nacionais (Flonas) de Irati, no Paraná, e de Chapecó e Três Barras, em Santa Catarina. ■

Brasileiros criam bateria elétrica leve, flexível e sustentável

O novo tipo de bateria de chumbo, que usa nanotecnologia aliada a células de hidrogênio, foi totalmente desenvolvido no Centro de Células a Combustível e Hidrogênio do Ipen, em São Paulo

Por Ivan Conterno, do Jornal da USP

Você já se perguntou por que não existem aviões comerciais elétricos, sem combustível? Se você tentar erguer os cerca de 250 kg da bateria de um carro elétrico com as próprias mãos, provavelmente encontrará a resposta. As baterias tradicionais precisam de grandes quantidades de barras de chumbo e também de água, que por si só é pesada. Além disso, essa água pode congelar nas baixas temperaturas das grandes altitudes. Parece inviável se o objetivo é levantar voo.

Por isso, pesquisadores do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) e do programa de pós-graduação em Tecnologia Nuclear da USP criaram uma nova tecnologia para baterias, detalhada no *Journal of Energy Storage*, que viabiliza o armazenamento de energia em um dispositivo mais leve e sem os riscos de explosão ou congelamento.

A nova bateria é muito mais viável ecologicamente do que as baterias de lítio e 20 vezes mais leve que uma pilha de chumbo convencional. A invenção também pode funcionar em temperaturas extremas, inviáveis para as baterias encontradas hoje no mercado.

O dispositivo combina duas novidades da engenharia: as nanopartículas de chumbo, uma reinvenção em formato flexível dos eletrodos mais antigos — de quando o lítio ainda não dominava o mercado —, e uma membrana muito leve e compacta que substitui a água de uma pilha comum.

Em vez de grandes cápsulas rígidas, o novo sistema se apresenta como uma fita flexível capaz de armazenar mais



Protótipo da bateria flexível, na qual a parte transparente é uma membrana de troca de prótons que substitui o meio líquido de uma bateria convencional e a parte escura são as nanopartículas de chumbo que constituem os eletrodos, positivo de um lado e negativo do outro. Ao fundo, a doutoranda Victória Amatheus Maia

energia em um espaço muito menor. Isso é possível porque a área de contato do eletrodo, o chumbo partido em milhões de pedacinhos, é muito maior que a de uma barra.



Há poucas reservas de cobalto na América do Sul e na África, que estão se esgotando, e é difícil reaproveitar porque há o risco de incêndio ao abrir a bateria e tentar reaproveitar o material, explica ele.

Sustentabilidade > Embora o chumbo tenha sido abandonado nos últimos anos, é um material muito mais seguro, fácil de ser reciclado e abundante que o lítio, usado nas cargas de celulares, computadores e carros modernos. “Já existem indústrias de reciclagem de chumbo; de lítio ainda não são comuns. As baterias de lítio se acumulam nos lixos eletrônicos e se reza para não pegar fogo”, avalia Rodrigo Fernando Brambilla de Souza, pesquisador à frente do trabalho.

Para funcionar como pilha, o lítio precisa do cobalto, cuja mineração causa um enorme impacto no meio ambiente. “Há poucas reservas de cobalto na América do Sul e na África, que estão se esgotando, e é difícil de reaproveitar porque há o risco de incêndio ao abrir a bateria e tentar reaproveitar o material”, explica ele.

Segundo Almir de Oliveira Neto, pesquisador do Ipen e orientador no programa de Tecnologia Nuclear da USP, as baterias de lítio surgiram por serem mais leves do que as de chumbo, o que deixa de ser uma vantagem com a nova invenção brasileira. “A partir do momento que você diminui o peso dessas baterias, elas podem ser aplicadas em outros dispositivos que não eram pensados anteriormente”. Isso inclui toda sorte de celulares, computadores e outros dispositivos eletrônicos.

Embora o chumbo seja usado em baterias há mais de 150 anos, ainda existe muito a ser extraído e o que já foi retirado pode ser facilmente reciclado. “Nossa proposta precisa de menos chumbo por bateria. Isso a torna bem mais sustentável”, relata Rodrigo de Souza.

Laboratório do Centro de Células a Combustível e Hidrogênio, onde o protótipo de bateria foi desenvolvido e testado



Rodrigo Fernando Brambilla de Souza



Almir Oliveira Neto



Edson Pereira Soares

Versatilidade e segurança > As baterias são a fonte mais popular de energia móvel, embora já existam alternativas. Uma grande vantagem da tecnologia brasileira é a leveza e a flexibilidade.

Além disso, o novo modelo de armazenamento de energia funcionaria praticamente da mesma maneira tanto no nível do mar quanto em um satélite, o que aumenta a segurança, segundo Rodrigo. “Uma bateria de lítio em uma temperatura muito alta pode vir a explodir. Uma bateria de chumbo ou de níquel-cádmio tem problemas ou não funciona de forma adequada em temperaturas muito abaixo de zero porque a água congela, e essa não tem água”. A bateria brasileira pode operar em temperaturas que vão de -20°C até cerca de 120°C.

De acordo com Edson Pereira Soares, especialista em baterias do Ipen que trabalhou no projeto, os novos recursos nos automóveis sempre vêm acompanhados pelo aumento do peso das baterias, mesmo em veículos a combustão. “Se aumentar a autonomia do veículo, vai ter que aumentar o dispositivo de geração de energia, que ainda corre o risco de promover a explosão e o incêndio”.

Em dispositivos de chumbo, não há esse perigo, conta Almir. “A bateria de chumbo é a mais confiável de todas”.

Como funciona > As células com inúmeras nanopartículas de chumbo ficam sobre uma camada de carbono. A corrente elétrica caminha pelo carbono na parte exterior, que nos testes se mostrou

estável por 500 ciclos de carga e descarga.

Esses micropedacinhos de chumbo têm 35 nanômetros de comprimento e 5 nanômetros de espessura. Isso é muito menor que um grão de poeira e até difícil de imaginar, já que um nanômetro equivale a um milímetro dividido por 1 milhão de partes iguais.

Em uma membrana plástica compacta chamada célula a combustível PEM (proton-exchange membrane) ficam grudadas uma célula positiva de um lado e uma negativa do outro. As partículas positivas (prótons de hidrogênio) caminham do polo negativo para o positivo através dessa membrana. Ela substitui a água que seria usada em uma pilha comum. “As células de chumbo são condicionadas para que uma vire o polo positivo e outra, negativo”, explica Rodrigo.

O eletrodo de chumbo passa a ter uma área de contorno da superfície maior quando está dividido. É nessa área exposta que ocorrem as trocas de prótons. Por isso,



“A partir do momento que você diminui o peso dessas baterias, elas podem ser aplicadas em outros dispositivos que não eram pensados anteriormente”

esse fracionamento do chumbo aumenta a capacidade de armazenamento de energia da bateria como um todo. Se fossem barras, somente a parte de fora seria aproveitada. Também por serem pedacinhos muito pequenos, o eletrodo pode ser dobrado e adaptado a qualquer superfície.

A pesquisa representa um salto de qualidade pois, nos últimos dez anos, os únicos avanços com baterias de chumbo tinham sido aditivos para diminuir o acúmulo de crostas nos eletrodos convencionais.

Quem se interessa por química percebe que a equação usada nessa bateria é parecida com o que se vê na escola. A única diferença é a estrutura, como explica Victória Amatheus Maia, aluna de doutorado do Programa de Tecnologia Nuclear e responsável pela obtenção das nanofolhas de chumbo.

“É uma membrana polimérica que vai servir para levar os compostos de hidrogênio. Os elétrons passam por fora, um circuito elétrico onde a energia é utilizada, enquanto por dentro da membrana vai o próton. Tem os eletrodos, cátodo e ânodo, como se fosse uma pilha convencional”.

Cada célula do protótipo tem aproximadamente 5 cm² e espessura de 1,2 milímetro. Variações e peças muito maiores já podem ser feitas, o que só depende de mais investimento. “Variando a proporção de chumbo e carbono é possível obter outros armazenadores de energia, que vamos abordar em outros trabalhos”, adianta Rodrigo aos interessados. ■

Brasil possui grande potencial na extração de lítio, mas precisa aprimorar a infraestrutura

“O que a gente precisa é concentrar esforços em desenvolver nossas minas, buscar recursos, trabalhar na infraestrutura e tornar a distribuição e o escoamento da produção competitivos em relação aos preços internacionais”, afirma Giorgio de Tomi

Do Jornal da USPI



O lítio tem várias aplicações industriais e é tradicionalmente produzido em várias partes do mundo

Minério indispensável às baterias recarregáveis utilizadas em uma enorme gama de produtos eletrônicos e na eletromobilidade, o lítio é visto como o petróleo do século 21 e já vem sendo chamado de “ouro branco”. A América Latina detém 68% das reservas e pode tornar-se central para a transição energética e novas tecnologias, mas há obstáculos políticos, industriais e logísticos envolvidos no processo de extração e manipulação do material. O professor Giorgio de Tomi, da Escola Politécnica (Poli) da Universidade de São Paulo, analisa a produção do minério no Brasil e os desafios enfrentados por essa indústria.

Segundo o professor, o lítio tem várias aplicações industriais e é tradicionalmente produzido em várias partes do mundo, mas, recentemente, a dinâmica de sua produção mudou a partir do compromisso que vários países fizeram de converter os motores de gasolina para motores elétricos. Dessa forma, a demanda pelo lítio para a geração de baterias aumentou consideravelmente e iniciou a chamada “corrida do ouro do lítio”.

De acordo com o especialista, as

maiores reservas de lítio no continente sul-americano estão na Argentina e no Chile, contudo, as minas brasileiras são mais vantajosas, porque o material encontrado nelas está na forma de pegmatito, que é uma forma mais dura da rocha. A vantagem dessa estrutura é a de menor custo para produção do concentrado de lítio a partir da rachadura dessas pedras.

Para o docente, o principal desafio para o maior desenvolvimento da extração do minério no País é a infraestrutura para dar apoio à montagem das minas e ao escoamento do minério. Ele reforça que a frota brasileira de veículos é bastante extensa e, quando ocorrer a transição dos motores de combustão interna para os elétricos, vai haver uma alta demanda de lítio na indústria.

De Tomi explica que o Brasil está em uma posição privilegiada na produção responsável de baterias de lítio, uma vez que não utiliza barragens no processo de extração. Além disso, ele destaca os esforços nacionais para a reciclagem das baterias de lítio, com a Escola Politécnica da USP, inclusive, mantendo o Laboratório de Reciclagem, Tratamento de Resíduos e Extração (Larex), especialista no tratamento desses materiais para uma manipulação responsável.

Conforme o professor, o Código de Mineração do Brasil, apesar de precisar de melhorias, funciona adequadamente e atende às necessidades da demanda nacional. Ele reforça que algumas propostas de melhorias na legislação já estão em discussão na Câmara e no Senado e, de maneira geral, o



Isso torna o Brasil competitivo e tem chamado atenção no mercado internacional para as reservas brasileiras. Existem no território brasileiro duas grandes províncias de extração: a maior delas é no Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, onde já existem minas em operação, e a outra é na Província de Borborema, no Nordeste brasileiro

mercado avalia o Brasil como um país de grande potencial minerador e com uma legislação robusta e que dá apoio ao desenvolvimento dessa indústria.

“Há, sim, melhorias que podem ser feitas, mas não acho que sejam entranhas para o caso da mineração do lítio, o que a gente precisa é realmente concentrar esforços em desenvolver nossas minas, buscar recursos, trabalhar na infraestrutura e tornar a distribuição e o escoamento da produção competitivos em relação aos preços internacionais”, finaliza. ■

“A ideia é a gente colocar, cada vez mais, a cultura como ferramenta real de transformação”

Em entrevista, a ministra Margareth Menezes aborda iniciativas para reconstruir o setor e celebra a retomada do fomento, a descentralização de investimentos para estados e municípios e as oportunidades com o G20

Da Secom-PR

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, foi a entrevistada no “Bom Dia, Ministra”. No bate-papo de uma hora com radialistas de várias regiões do país, ela detalhou uma série de avanços na reconstrução do setor cultural. Um dos destaques apontados foi o sucesso na aplicação da Lei Aldir Blanc, que conta com adesão de 100% dos estados e 97% dos municípios. Serão destinados pela lei, até 2027, R\$ 15 bilhões em ações e projetos culturais em todo o país.

“É uma grande conquista você ter a certeza de que, durante cinco anos, teremos fomento direto do Governo Federal para cidades e estados, para o setor cultural, para elaborar projetos, fazer festivais e construir equipamentos. As pessoas vão en-

tender a força da cultura porque, na hora que você injeta um fomento dessa magnitude, tem resposta. Estamos fazendo girar a economia criativa de cada cidade, de cada estado, de manei-

ra mais perene”, afirmou a ministra.

Na entrevista, ela falou também sobre reuniões previstas com países que participam do G20 em Brasília, Salvador e Porto Alegre. A ministra

“
Todo país que investiu em sua cultura teve retorno positivo. De cada R\$ 100 de orçamento, cerca de R\$ 0,57 é o que se investe na cultura brasileira – e o retorno é de 3,11%. E são milhões de pessoas que vivem disso. Então, precisamos entender que estamos falando de uma indústria. Por isso estamos, com seriedade, discutindo a economia criativa no Brasil



explicou que o foco é discutir o potencial de impacto da economia criativa na geração de empregos diretos e indiretos, na redução de desigualdades e para mudar realidades. “A ideia é a gente colocar, cada vez mais, a cultura como ferramenta real de transformação”.

Margareth lembrou que o setor cultural responde por 3,11% do Produto Interno Bruto brasileiro, o que o torna um ativo estratégico. “A gente precisa entender que isso é positivo para nós. Todo país que investe em sua cultura tem um retorno positivo”.

Confira abaixo algumas das respostas da ministra:

LEI ALDIR BLANC > É uma vitória muito grande, porque é uma lei que vai garantir, até 2027, R\$ 3 bilhões por ano, R\$ 15 bilhões ao todo, de investimento direto, transmissão direta do Ministério da Cultura para 100% dos estados e 97%



É um momento em que estamos com uma perspectiva muito positiva com relação a uma transformação real no fomento cultural. Acho que as pessoas vão entender a força da cultura, porque, na hora que você injeta um fomento dessa magnitude, tem resposta, porque estamos fazendo girar a economia criativa de uma maneira mais perene

das cidades do Brasil. Durante cinco anos teremos essa irrigação. Isso nunca aconteceu no Brasil, de você ter a certeza de que, durante cinco anos, teremos fomento direto para o setor, para projetos, festivais, construir equipamentos. É um momento em que estamos com uma perspectiva muito positiva com relação a uma transformação real no fomento cultural. Acho que as pessoas vão entender a força da cultura, porque, na hora que você injeta um fomento dessa magnitude, tem resposta, porque estamos fazendo girar a economia criativa de uma maneira mais perene.

G20 > O G20 é um momento especial, o Brasil está presidindo o G20 durante todo este ano e tem vários encontros, são quase 200 reuniões em várias áreas. E, na cultura, teremos três: um em Brasília, um em Porto Alegre e outro em Salvador. Vamos discutir temas que estão sendo discutidos mundialmente: a eco-



nomia criativa, a sustentabilidade e a diversidade cultural. O Brasil tem um respeito muito grande internacionalmente, que foi construído ao longo da nossa história de tantas contribuições maravilhosas que a nossa cultura e nossa arte produzem. O G20 se debruça para ações que possam ser tratadas no mundo inteiro, na direção da questão da sustentabilidade, do combate à fome, do combate à intolerância, do combate ao preconceito. Temas transversais no mundo. A ideia é a gente colocar, cada vez mais, a cultura como ferramenta real de transformação.

NOVO PAC > Também na Lei Aldir Blanc, temos um percentual para construção de equipamentos culturais, contemplados também no Novo PAC. Serão 300 equipamentos culturais que serão construídos em todo o país, são R\$ 400 milhões para essa ação.

SISTEMA NACIONAL > Esse sistema vai deliberar responsabilidades de cidades, estados e Ministério da Cultura. Não haverá sobreposição com relação à execução das políticas públicas. Nessa esteira, teremos o Marco Regulatório do Fomento, que é o que vai finalizar essa ação para facilitar a execução.

CULTURA VIVA É um formato onde o Governo identifica e fomenta diretamente aquele fazedor de cultura que nunca pôde ter acesso a um tipo de fomento tradicional. O fazedor de cultura identifica as ações que existem nessas cidades. Os mestres de cultura, que são aquelas pessoas que dedicam a vida toda ali, que trabalham com o couro, aqueles grupos culturais que precisam ter um artesão que traz uma história, que vai passando de geração em geração. São essas coisas que correm o risco de a gente perder esse fazer, essa identidade, por falta desse fomento. A política vai nessa direção, de identificar, premiar, porque tem pessoas que passam a vida toda fazendo aquilo e nunca tiveram nenhum tipo de reconhecimento.

IMPACTO NO PIB > O Ministério da Cultura é um ativo do Brasil. Tem sete secretarias, além de Iphan, Ibram, Ancine, Fundação Rui Barbosa, Cinemateca... São ativos reais e é preciso respeitar isso. E a nossa cultura traz retorno real. São 3,11% do Produto Interno Bruto gerado pelo setor cultural. A gente precisa entender que isso é positivo. Todo país que investiu em sua cultura teve retorno positivo. De cada R\$ 100 de orçamento, cerca de R\$ 0,57 é



O G20 é um momento especial, o Brasil está presidindo o G20 durante todo este ano e tem vários encontros, são quase 200 reuniões em várias áreas. E, na cultura, teremos três: um em Brasília, um em Porto Alegre e outro em Salvador. Vamos discutir temas que estão sendo discutidos mundialmente: a economia criativa, a sustentabilidade e a diversidade cultural

o que se investe na cultura brasileira – e o retorno é de 3,11%. E são milhões de pessoas que vivem disso. Então, precisamos entender que estamos falando de uma indústria. Por isso estamos, com seriedade, discutindo a economia criativa no Brasil.

RETOMADA DO CINEMA > A retomada da indústria cinematográfica, do fomento, é um exemplo. No ano passado foram quase R\$ 2 bilhões em fomento. Este ano já estamos começando com duas ações importantes, de quase R\$ 500 milhões: R\$ 300 milhões para produção nacional com colaboração internacional e R\$ 180 milhões para produção nacional. Encontramos um setor ferido pelo desmonte da área. Não tínhamos cota de tela. Precisamos resgatar a cota – do cinema e da televisão –, porque isso prejudicou a produção cinematográfica brasileira. Resgatamos o Conselho Superior de Cinema. Tudo o que estamos entregando, para fazer essas entregas, precisamos remontar. Estamos procurando cumprir o melhor possível para fortalecer a indústria cinematográfica, porque queremos o melhor para a cultura brasileira. ■



A falsa inclusão e seus efeitos injustos na sociedade

Por Deborah Magagna e André Campedelli

A inclusão é uma das pedras angulares de uma sociedade justa e equitativa. Ela visa à valorização da individualidade de cada pessoa, reconhecendo tanto suas forças quanto suas limitações. Contudo, quando a inclusão é mal interpretada ou utilizada de forma inadequada, ela pode resultar em injustiças e exclusão.

A verdadeira inclusão entende que tratar igualmente os desiguais não é apenas ineficaz, mas também injusto. As diferenças individuais exigem abordagens específicas para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de participação e sucesso. Por exemplo, no contexto esportivo, colocar atletas de pesos diferentes para competir na mesma categoria seria uma distorção do princípio de equidade, criando uma vantagem injusta para uns e uma desvantagem insuperável para outros. Essa falsa inclusão não apenas prejudica os indivíduos diretamente envolvidos, mas também deslegitima os esforços genuínos de inclusão ao associá-los a injustiças evidentes.

Além disso, a falsa inclusão é frequentemente manipulada por interesses obscuros e ideologias que buscam perpetuar as estruturas sociais excludentes. Quando a inclusão é instrumentalizada para atender a agendas políticas ou econômicas, ela perde seu propósito de promover justiça e igualdade. Em vez disso, gera ressentimento e oposição generalizada, prejudicando a causa inclusiva como um todo. A verdadeira inclusão, por outro lado, reconhece as diferenças e ajusta o tratamento dado a cada indivíduo de acordo com suas necessidades e capacidades específicas, promovendo um ambiente de participação equitativa.



As diferenças individuais exigem abordagens específicas para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de participação e sucesso. Por exemplo, no contexto esportivo, colocar atletas de pesos diferentes para competir na mesma categoria seria uma distorção do princípio de equidade, criando uma vantagem injusta para uns e uma desvantagem insuperável para outros

Para combater a falsa inclusão, é necessário um olhar crítico e atento às práticas inclusivas. É fundamental discernir entre ações inclusivas genuínas e aquelas que, sob o pretexto de inclusão, apenas perpetuam desigualdades e injustiças. A inclusão autêntica exige um compromisso com a alteridade, ou seja, a empatia e o respeito pelas particularidades de cada indivíduo, ajustando as condições de participação de forma a garantir que todos possam contribuir e beneficiar-se igualmente.

Um exemplo claro de inclusão bem-sucedida pode ser encontrado em sistemas educacionais que adaptam métodos de ensino às necessidades de cada

aluno, reconhecendo suas habilidades e dificuldades. Essa abordagem personalizada não apenas melhora os resultados individuais, mas também enriquece o ambiente educacional como um todo, promovendo o desenvolvimento coletivo.

Em suma, a verdadeira inclusão é aquela que, respeitando as desigualdades individuais, ajusta o tratamento de forma a promover a equidade e a justiça. A falsa inclusão, por sua vez, ao desconsiderar as especificidades de cada indivíduo, acaba por reforçar as exclusões e perpetuar as injustiças. É imperativo, portanto, que a sociedade esteja vigilante e comprometida com práticas inclusivas autênticas, que promovam a igualdade de oportunidades e a justiça social para todos. ■



* André Naves é defensor público federal, especialista em Direitos Humanos, Inclusão Social e Economia Política. Escritor, professor, ganhador do Prêmio Best Seller pelo livro "Caminho - a Beleza é Enxergar", da Editora Uiclap (@andrenaves.def).



A SOLUÇÃO TÁ NA **MESA** ✓



**COM AS MESAS TÉCNICAS,
O TCE VIABILIZOU A RETOMADA DAS
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA BR-174.**

tce
mt



MT ^{POR}
ELAS

PROGRAMA
SER
Família
Mulher



Tipos de violência
contra a mulher

NÃO
É NÃO

- + Se ele te xinga, **É VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.**
- + Se ele fala mal de você pros outros, **É VIOLÊNCIA MORAL.**
- + Se ele te empurra ou te bate, **É VIOLÊNCIA FÍSICA.**
- + Se ele te força a ter relações, **É VIOLÊNCIA SEXUAL.**
- + Se ele fica com seu dinheiro, **É VIOLÊNCIA PATRIMONIAL.**

Enfrenta uma ou mais situações como essas?
O Governo de Mato Grosso está pronto para te acolher.

Mais informações:
setasc.mt.gov.br



Denuncie **180** Emergência **190**



Governo de
Mato
Grosso